

OLISIPO

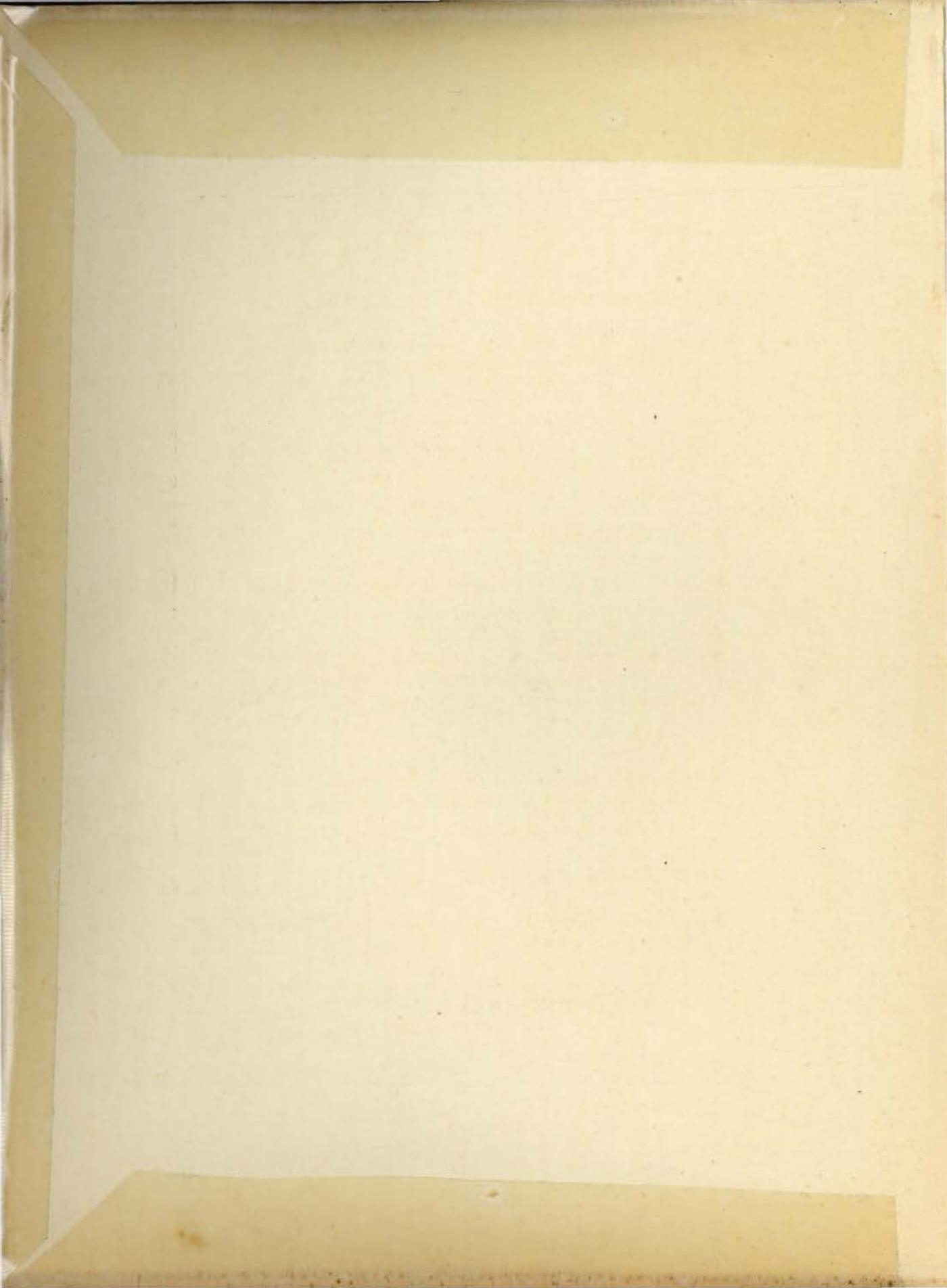
BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO II

N.º 8

OUTUBRO - 1939



Oferta

-5. JUL. 2005

OUTUBRO DE 1939

N.º 8

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES, DIRECTOR-TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

- NOTA DA DIRECÇÃO
- CASAS ONDE, EM LISBOA, RESIDIU ALMEIDA GARRETT
por Henrique de Campos Ferreira Lima
- «OLISIPO» — BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS —
O TRI-CENTENÁRIO DA «GAZETA» COGNOMINADA
«DA RESTAURAÇÃO»
PELO Dr. Alfredo da Cunha
- NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS LI-
VROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ
por Luiz Pastor de Macedo
- BIBLIOTECA — LIVROS OFERECIDOS
- LISTA DOS SÓCIOS APROVADOS DURANTE O SEGUNDO
E TERCEIRO TRIMESTRE DE 1939

Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores
ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS



10/20

OFFICE

BOHEMIA BO ORDER (AMERICAN LIBRARY)

REPORT OF THE BOARD OF DIRECTORS FOR THE YEAR 1910

The Board of Directors of the Bohemia Book Order (American Library) has the honor to report to the members of the Order for the year 1910.

The year 1910 has been a year of steady growth and progress for the Order. The total number of members has increased from 1,200 in 1909 to 1,500 in 1910.

The financial statement for the year 1910 shows a surplus of \$1,000.00, which has been used for the purchase of new books and the improvement of the library.

The Board of Directors is confident that the future of the Order is bright and that it will continue to grow and prosper.



Na tarde de 24 de abril de 1938, quando o nosso Grupo visitou a igreja e o que resta do convento da Graça, Mario de Sampaio Ribeiro, servindo de guia, ao transpôr os umbrais da velha casa dos gracianos, proferiu as seguintes palavras:

«Após mais de um século não só de abandono mas até de livre prática de tóda a casta de vandalismos, ainda há vestígios do que foi esta grande casa e o que resta ainda merece ser considerado monumento nacional e, se não restaurado, pelo menos re-integrado».

Durante a visita, depois de apontar o merecimento artístico da portaria, da cozinha e do refeitório, lastimou o estado de desprezo em que se encontra o admirável claustro, outrora considerado, com justiça, uma das primeiras obras do país.

As considerações do nosso prezado confrade, vivamente apoiadas pela assistência, encontraram eco nas estâncias oficiais. O decreto n.º 29.604, de 16 de maio dêste ano, classificou de monumento nacional tóda a parte do convento acima indicada, a qual não havia sido incluída nas classificações feitas pelos decretos de 10-VII-1910 e n.º 3.318, de 27-VIII-1917.

É, sem dúvida, um serviço que o património artístico da capital fica a dever ao Grupo «Amigos de Lisboa».

Cumpre-nos, porém, fazer ressaltar o papel importantíssimo que em tudo desempenhou o nosso ilustre consócio, Ex.^{mo} Senhor Doutor João Pereira Dias, Mer.^{mo} Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. S. Ex.^a tomou parte na visita, viu por seus próprios olhos a justiça do brado que Sampaio Ribeiro soltou e, tomando o caso a peito, em 25 de maio seguinte, oficiou ao Sr. Presidente da Junta Nacional de Educação. Nesse officio era solicitado que a 1.^a sub-secção da 6.^a secção da J. N. E. promovesse os

estudos necessários para que se organisasse o processo da classificação e era sugerido — caso o assunto merecesse aprovação superior — que as dependências conventuais em questão fôsem entregues à Irmandade dos Passos da Graça, modo mais prático e menos dispendioso de as tornar acessíveis aos visitantes e de lhes assegurar a conservação.

Feitos os estudos competentes, a sub-secção referida deu parecer absolutamente favorável, donde resultou a publicação do decreto n.º 29.604, atrás citado, na parte applicável.

Não ficou por aqui a prestimosa e inteligente acção do illustre funcionário, porquanto em 1 de Julho último ainda pediu à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e à da Fazenda Pública as providências necessárias não só para a efectivação da entrega do claustro e mais dependências confinantes da igreja à Irmandade sobredita, como também a realização das obras necessárias para reintegração do claustro pelo desentaipamento dos arcos, etc.

Congratulando-nos pelo bom êxito alcançado por quem com tanta diligência e prestígio desempenha o alto cargo de Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, o Grupo «Amigos de Lisboa» agradece ao Ex.^{ma} Senhor Doutor João Pereira Dias tudo quanto tem feito a prol da capital com uma expressão muito portuguesa e que, embora certa, traduz um mundo de gratidão e de reconhecimento — Bem haja!

A DIRECÇÃO

CASAS ONDE, EM LISBOA, RESIDIU ALMEIDA GARRETT

POR HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

GARRETT foi, sem dúvida, o escritor português, que, devido não só às vicissitudes da sua agitada vida política, mas também ao seu gosto pelas mudanças, em maior número de casas residiu, tanto em Portugal, como no estrangeiro.

Efectivamente as invasões francesas; os seus estudos; as perseguições de que foi alvo, pelas quais teve de emigrar, por três vezes, para Inglaterra e França; as missões diplomáticas que desempenhou naquele país e na Bélgica e, por último, o referido sestro das mudanças, fizeram com que êle, constantemente, andasse de casa em casa, não se fixando em nenhuma por período superior a cinco anos.

Êle próprio escreveu nas *Viagens na minha Terra*: «De quê e como sou eu feito, que não posso estar muito tempo n'um lugar, e não posso sair d'elle sem pena?»

E o seu biógrafo, Gomes de Amorim, esclarece-nos a êste respeito: «Parece que elle tinha um pouco o gosto das mudanças, pois que não parava n'uma casa muito tempo».

Assim, desde a casa da rua do Calvário n.ºs 18, 19 e 20 (n.ºs 37, 39 e 41 presentemente e ainda no tempo de Gomes de Amorim), na

cidade do Pôrto, onde nasceu a 4 de Fevereiro de 1799, até à da rua de Santa Isabel n.º 56 (n.º 78 naquela mesma época), em Lisboa, onde faleceu a 9 de Dezembro de 1854, quantas e quantas habitações percorridas...

Neste artigo, dada a índole desta revista apenas trataremos das diferentes casas em que o insigne poeta residiu nesta mui nobre e leal cidade de Lisboa.

Em 1809, à aproximação do Pôrto do exército invasor de Soult, a família do poeta, teve de abandonar a casa da rua do Calvário, para fugir para a capital.

Aqui se conservou durante muito pouco tempo, ignorando-se porém onde se acolheu, até embarcar no navio que a conduziu à Ilha Terceira, em cuja capital, Angra, residia o bispo D. Frei Alexandre da Sagrada Família, tio do nosso poeta e protector da sua família.

Aqui concluiu Garrett os estudos preparatórios para se matricular, na Universidade de Coimbra, no curso de Direito.

Em 1816 partiu para Lisboa, onde se demorou por pouco tempo, residindo, possivelmente, em casa de qualquer pessoa, a quem viesse recomendado.

Em fins daquele ano seguiu para a formosa cidade do Mondego, a-fim-de iniciar os seus estudos jurídicos.

Não nos deteremos na narração do que foi a sua vida escolar na vetusta Universidade, onde cursou os anos de 1816 a 1821 (1).

Em Junho dêste último ano passou por Lisboa a-fim-de seguir para os Açores, onde ia gozar as suas últimas férias.

O triunfo das ideas liberais em Portugal, em resultado do êxito da incruenta revolução de 24 de Agosto de 1820, exaltou a mocidade da época.

Garrett, que já em Coimbra patenteara o seu entusiasmo, não se resignava a estagnar-se longe do bulcício e movimento do Continente, sem tomar parte nas manifestações e alterações políticas, originadas do novo regime.

Assim pouco tempo se demorou nos Açores, junto de sua família,

(1) Vid. o nosso trabalho *Garrett estudante em Coimbra*, Figueira da Foz, 1935.

pois em fins de Agosto, desembarcava em Lisboa, donde partiu para o Pôrto.

No mês de Setembro realizaram se, em casa de Paulo Midosi, no largo do Pelourinho, os ensaios da sua tragédia *Catão*, cuja primeira representação, no teatro do Bairro Alto, teve lugar em 29 de Setembro.

Foi nessa récita que o poeta se apaixonou por D. Luíza Cândida Midosi, com quem, pouco tempo depois, a 11 de Novembro de 1822, se consorciava.

Naquela época residia, em Lisboa, numa casa que é assim indicada pelo seu biógrafo: «Regressando a Lisboa (vindo de Coimbra, onde fôra fazer o exame das disciplinas do 5.º ano jurídico), ainda n'esse mez de Novembro, ahi fixou definitivamente a sua residencia, indo morar n'uma casa proximo á calçada do Garcia, que pegava com a que vinte ou trinta annos depois se denominou da baroneza da Regaleira» (1).

Em Setembro e Outubro foi esta casa mobilada, para lá se instalarem os noivos.

Nela se conservou até 9 de Junho de 1823, data em que embarcou para Inglaterra, para fugir às perseguições dos absolutistas, em seguida à Vilafrancada.

Dali regressou, pouco tempo depois, em 25 de Agosto, encarregado, talvez, de qualquer missão secreta dos liberais a esta cidade, onde ficou, sob a vigilância da policia.

E logo, em 25, não se lhe dando tempo para descançar das fadigas da viagem, era desterrado de Portugal, embarcando, para Inglaterra, nêsse mesmo dia.

No estrangeiro residiu, durante alguns anos, ora em Inglaterra, ora em França, até que, em princípios de Julho de 1826, regressou a Lisboa, por deferimento favorável de um requerimento de sua espôsa, apresentado à Infanta Regente, D. Isabel Maria.

Não sabemos para onde teria vindo morar na capital.

Porém, em Maio de 1827, por uma carta que dirigiu, em 10 daquele

(1) «Acaso seria a de D. Filippa de Vilhena?», pergunta Gomes de Amorim.

mês, ao futuro Marquês de Sá da Bandeira, sabemos que, nesta época, alugara casa em Campolide, na travessa da Conceição.

Aqui reproduzimos êsse interessante documento ⁽¹⁾:

Am.º do Coração

Campolide travessa da Conceição

10 de Maio de 1927

O meu estado valetudinario, que empeiorou, me obrigou a vir para aqui passar alguns meses: e ainda que vou quasi todos os dias á cid.º, deixei a redacção do *chronista* a um sujeito em quem tinha alguma confiança.

Vejo agora pela sua carta, que me affligiu vivam.º, que elle a não merecia tão inteiramen.º como eu suppuz.

Mas agora espero que hade fazer-me a justiça de acreditar na sincerid.º e verd.º com q. digo isto.

A sua memoria deve apparecer talqual: e sôbre isto quero que fallemos. Ella está em meu podêr na minha casa da cid.º

Eu heide procurá-lo: mas se o não achar, estimaria que n'um mom.º livre apparecesse na Secret.ª d'Est.º

Estou verdadeiramen.º angustiado com este *mal-entendu*; e tarda-me de lhe fallar e de nos explicarmos de viva voz.

Creia que sou devers e do C.

Seu am.º

J. B. da S. L. d'Almeida Garrett

Ainda aqui se conservava em 11 de Agosto, pois inscreveu esta data e local na introdução *A Elysa* do seu poemeto *Adozinda*.

⁽¹⁾ Existe, no Arquivo Histórico Militar, entre os valiosos papeis que a Comissão de História Militar adquiriu aos herdeiros dêste notável militar e estadista Além desta há ainda mais dezasete cartas dirigidas por Garrett a Sá da Bandeira e algumas respostas dêste, que já reproduzimos no nosso trabalho *Garrett e Sá da Bandeira*, Lisboa 1928.

Os artigos publicados por Almeida Garrett nos dois jornais de que era director e redactor: *O Chronista* e o *Portuguez*, principalmente naquele, em que atacava fortemente os actos do govêrno, motivaram a sua prisão, juntamente com a dos outros directores e redactores (1).

Em 17 de Setembro de 1827, em sua casa, foi preso e conduzido ao Limoeiro, onde permaneceu durante três meses, empregando os seus ócios na conclusão do belo poemeto referido.

Tendo sido sôlto foi residir para a rua da Saudade, n.º 9-A, segundo consta duma carta que, dela, dirigiu ao numismata Lopes Fernandes, na data de 13 de Janeiro de 1828 (2).

Parece que, por esta época, habitara, também, na rua da Bela Vista, conforme uma leve referência do seu biógrafo (3).

Em princípios de Junho de 1828, em seguida à chegada do Infante D. Miguel, emigrou pela terceira vez, para Inglaterra.

No estrangeiro se conservou, residindo em Inglaterra, Bélgica e França, até que em Janeiro de 1832 partiu para Belle-Isle, onde se reünia, então, a expedição do Duque de Bragança, que se destinava aos Açores. Encorporado, entre os chamados 7.500 do Mindelo, desembarcou em Arnosa de Pampelido em 8 de Julho daquele ano (4).

No Pôrto se manteve durante algum tempo, até ser nomeado membro duma missão diplomática, de que faziam parte Palmela e Mouzinho de Albuquerque, encarregada de ir a Londres solicitar o auxilio do govêrno inglês à causa liberal.

Dissolvida a missão foi para França, de onde, abandonado pelos seus chefes, resolveu partir para Portugal em Julho de 1833, chegando a Lisboa em Outubro.

Aqui residiu num quarto do Palácio dos Condes de Almada, ao Rocio, como consta do seguinte documento, que encontramos no Ar-

(1) Vid. o nosso trabalho *Garrett jornalista*, publicado em treze folhetins do *Jornal do Comercio e das Colonias*, de 1926.

(2) Vid. pág. 405 do *Garrett e os dramas romanticos*, de Teófilo Braga.

(3) No 1.º vol das *Memorias*, a pág. 386, alude a um romance, em verso, *Iva*, composto na Bela Vista, ao pé de Lisboa.

(4) Vid. o nosso trabalho *Garrett Soldado do Corpo de Voluntarios Academicos*, Lisboa 1930.

quivo Histórico Militar: «Ministerio da Guerra. 3.^a Repartição. 2.^a Secção. Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Querendo Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, dar outro destino ao Quartel que actualmente ocupa o Coronel Romão José Soares, Comandante do Batalhão de Caçadores N.º 2: Determina o mesmo Augusto Senhor que V. Ex.^a lhe mande apromptar outro Quartel com todas as acomodações necessarias, lembrando de preferencia o Quarto do Palacio do Conde de Almada onde esteve o official da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrete (sic), que se acha desocupado e com escriptos. Deos Guarde a V. Ex.^a Paço de Queluz, em 11 de Julho de 1834. *Agostinho José Freire*. Snr. Carlos Frederico de Caula (1)».

Nesta casa se reunia a *Comissão de reforma dos estudos*, para que Garrett havia sido nomeado vogal-secretário por decreto de 2 de Novembro de 1833 (2).

Tendo sido nomeado encarregado de negócios junto ao govêrno de S. M. El-Rei da Bélgica, em 14 de Fevereiro de 1834, ali fez leilão do recheio da sua casa, como consta do seguinte anúncio, publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º 122 de 24 de Maio: «O Encarregado de Negocios de Portugal em Bruxellas, devendo partir immediatamente para o seu destino, faz leilão, terça-feira, 27 do corrente, às 11 horas na sua residencia, palacio do Conde de Almada, ao Rocio, de toda a sua mobilia, prata, paineis, roupa de casa, bronzes e uma livraria escolhida (3)».

Em meados de Junho de 1836, depois da sua exoneração de Ministro de Portugal na Bélgica, chegou de Londres e foi residir na rua do Arco do Bandeira n.º 15.

Uma carta de Garrett, dirigida ao seu amigo José Gomes Mon-

(1) Já por nós reproduzido no nosso trabalho *Garrett diplomata*, Pôrto 1932.

(2) Num aviso publicado na *Chronica Constitucional*, n.º 105 de 25 de Novembro, se diz que ela está instalada no palácio do Conde de Almada.

(3) Reproduzimo-lo no citado *Garrett diplomata*. Num artigo *Estudos militares*, de P. P., publicado na *Revista Militar*, vol. 36, há, a pág. 718-719, referência a êste cargo de Garrett.

teiro, reproduzida, a pág. 200 do vol. 2.º das *Memorias* de Gomes de Amorim, datada de 17 de Junho, foi escrita desta casa.

«Pouco antes do outomno de 36, escreve o mesmo biógrafo, mudava o nosso auctor a sua residencia da rua do Arco do Bandeira para a casa do pateo do Pimenta, que fica á esquerda, entrando, com um jardinzinho do lado de oeste, e tem o n.º 13-A».

Nesta casa (curiosa coincidência) habitou, mais tarde, a Viscondessa da Luz, uma das inspiradoras, senão a única, das belas poesias da sua colectânea *Folhas caídas*.

António Nunes dos Reis, amigo e procurador do poeta, entre os diversos esclarecimentos que, sobre Garrett, forneceu a Gomes de Amorim, informou o seguinte a respeito desta habitação: «Casa pequena, mas bonita, contornada com arbustos e flores, tendo uma linda vista sobre o Tejo... Lá estava... senhora interessante, que muito amava Garrett, e elle não menos estremecia por ella».

Esta formosa senhora era D. Adelaide Pastor, filha do negociante João António Lopes Pastor e de D. Jerónima Deville. A-pesar-de não serem casados, o que não era possível visto que o poeta estava separado amigavelmente de sua legítima esposa, D. Luiza Candida Midosi, ali os visitavam os pais e a irmã de D. Adelaide.

Oiçamos o biógrafo: «Adelaide fazia as honras (da casa), quando havia visitas: e a todos encantava com a sua graça amavel e maneiras insinuantes. Dotada de singular intelligencia, cultivava-a com muito tacto e gosto. E reunia aos dotes adquiridos pelo estudo, e ás boas qualidades, as virtudes que mais encantam os homens. Garrett amou-a com esse firme, sereno e leal affecto que nasce da estima que nos inspiram os bons sentimentos e o character da pessoa amada, amor, que todos os dias se fortifica — em vez de enfraquecer-se com o tempo, como acontece ás paixões exclusivamente filhas do enthusiasmo. Essa affeição pura, ia quasi dizendo casta e religiosa, sobreviveu ao objecto amado, tendo sido consagrada pelo nascimento de dois filhos e de uma filha idolatrada, unica que ainda hoje vive».

Foi nesta casa que nasceu o primeiro daqueles filhos, Nuno, a 25 de Novembro de 1837, e nela veiu a falecer a 9 de Fevereiro de 1839.

Dias depois dêste infausto acontecimento foi, segundo informa o

biógrafo, passar alguns dias a casa do seu amigo José Augusto Correia Leal, oficial da secretaria das Côrtes, na rua do Ouro, à esquina do segundo quarteirão, em número que êle ignorava. Para ali foi, com a mãe, procurar esquecer aquêlê grande desgôsto.

Esta casa do pátio do Pimenta tinha um jardinzinho, onde Garrett tratava, com disvelo, das suas flôres, muitas das quais lhe seriam fornecidas, do Pôrto, pelo seu amigo Gomes Monteiro, a quem, em carta, de 8 de Junho de 1837, as solicitava.

Daqui se mudou, pouco depois da perda do seu filho querido, para a rua da Conceição de Cima, à Cotovia, n.º 7, donde, em 15 de Março de 1839, datou uma carta para sua mãe.

Esta casa, segundo Gomes de Amorim, «é a ultima, do lado esquerdo, na travessa da Conceição de Cima, indo da rua de S. Sebastião (vindo das Taipas), junto á cortina gradeada da calçada Nova da Patriarchal Queimada. Tem hoje (1884) o n.º 17 é de andar nobre, com sete janellas, cinco ao rez do chão e portão largo. Está renovada e revestida de azulejo».

Nela moraram, antes de Garrett, Francisco de Paula Cardoso, o celebre morgado de Assentiz, D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho e outros amigos de Bocage e Joaquim António de Aguiar, ministro de D. Pedro, Duque de Bragança, alcunhado de *O mata frades*, por ter assinado o decreto da sua expulsão, aliás, redigido por aquele monarca.

Esta casa tinha um jardim a que Castilho, nas suas *Excavações poeticas*, se refere.

Não sabemos em que data se mudou daqui para a rua de S. Francisco da Cidade, n.º 40.

Já, porém, nela residia em 28 de Agosto de 1839, como se vê de uma carta do conselheiro Dietz, citada por Gomes de Amorim e na escritura de separação de sua mulher, lavrada em 10 de Outubro do mesmo ano, se lhe dá esta residência.

Foi aqui, em 6 de Novembro, que lhe nasceu o segundo filho, João, que, decorridos quarenta dias, a 16 de Dezembro, ali veiu a falecer.

Êste desgôsto obrigou-o a mudar de novo de residência, talvez, nesse mesmo ano, ou princípios do seguinte, para a rua da Barroca,

onde foi habitar o primeiro andar do palácio da Baronesa de Almeida, à esquina da Travessa dos Fieis de Deus ⁽¹⁾.

Nesta casa nasceu a filha querida de Garrett, Maria Adelaide, a 12 de Janeiro.

No verão de 1840 Garrett e D. Adelaide passaram alguns dias em casa dos Pastores, na quinta da Buraca.

Também neste ano Garrett alugou casa em Campolide, para passar o verão...

De Bemfica datou (12 de Maio) os versos da dedicatória do *Bernal Francês*, que consagrou à sua amada, sob o nome de Adélia.

No começo do ano de 1841 ⁽²⁾ transferiu a sua residência para a rua do Alecrim, n.º 42, que foi aquela em que se conservou durante maior número de anos ⁽³⁾.

Poucos meses depois, a 26 de Julho, sofria o poeta o enorme desgosto de perder a mulher, a quem êle mais amou na sua existência de grande amoroso.

No ano de 1841, em Maio, Agosto e Outubro, residiu, temporariamente, na já mencionada quinta da Buraca, em Bemfica.

No ano seguinte, «encerrada a camara, fixára-se Garrett, informa Gomes de Amorim, em Campolide, que, com Bemfica, participava ainda das suas predilecções campestinas».

Qual seria esta casa, onde o poeta continuou os seus trabalhos para o *Romanceiro*?

A carta dedicatória do romance *O anjo e a princesa*, escrito no

⁽¹⁾ O nosso amigo Matos Sequeira no 3.º vol. da sua preciosa obra *Depois do terremoto*, a pág. 512-513, reproduz estas mesmas indicações.

Júlio de Castilho a pág. 235 do 1.º vol. da *Lisboa Antiga*, afirma que Garrett já residia nesta casa em 1839 e que, nos últimos meses d'este ano, ali lhe foram pedir conselhos alguns escritores, o que não está de acôrdo com os factos apontados.

⁽²⁾ Por ocasião do baptismo da filha, em 15 de Março de 1841, morava ainda na rua da Barroca.

Vid. a certidão respectiva, que publicamos a pág. 50 do vol. 14.º da *Revista de Historia*, no artigo *Notas á margem do inventário feito por morte de Garrett*.

⁽³⁾ Júlio de Castilho, a pág. 97 do 2.º vol. da *Lisboa antiga*, refere-se a esta casa: «Pouco abaixo do largo do Barão de Quintella, á direita, era a sua casa, que aliaz não conheço bem».

album da Marquesa de Fronteira, está datada de Campolide 20 de Outubro de 1842.

Foi na casa da rua do Alecrim que êle escreveu essa joia do nosso teatro romântico, o *Frei Luiz de Sousa* ⁽¹⁾.

Informa o seu biógrafo: «Retido em casa, pela ferida resultante de forte canellada, desde principios de março até fim de abril desse anno de 1843, começou e concluiu o maior monumento que existe no theatro portuguez — *Frei Luiz de Sousa*».

Após a revolta de Almeida (1844) houve numerosas prisões políticas e buscas domiciliárias a pessoas suspeitas de partidários dos vencidos, ordenadas pelo govêrno. Garrett escapou à prisão refugiando-se em casa do Ministro do Brasil, António de Menezes Vasconcelos de Drummond.

Porém a sua casa da rua do Alecrim foi assaltada e revistada pela policia, como refere Gomes de Amorim: «Revolveram-lhe a casa toda, arrombaram-lhe as gavetas, sequestraram-lhe os papeis, e até (*oh! politica!*...) obrigaram a sair da cama, onde estava gravemente doente, a filhinha do immortal poeta! Abriram-lhe os colchões e enxergões com as bayonetas, em procura de provas de cumplicidade revolucionaria, que não appareceram, e que seus inimigos não ousaram forjar!»

No seu discurso de 19 de Outubro, em que protestou contra as violências de que fôra vítima, afirmou que a sua casa «fôra assaltada trez vezes pelos esbirros da policia».

Foi ainda nesta casa que o insigne escritor escreveu as *Viagens na minha terra* e o prefácio do *Arco de Santana*.

Não sabemos a data precisa em que Garrett se mudou daqui para o Pátio do Pimenta, n.º 13-F ⁽²⁾.

Em Julho de 1846 residia nesta casa, onde o procurou o seu dedicado biógrafo, regressado, há pouco, do Brasil.

⁽¹⁾ Bulhão Pato, no seu livro *Sob os cyprestes*, pág. 62, afirma que êste drama foi escrito na casa do Patio do Pimenta.

⁽²⁾ Gomes de Amorim, a pág. 207 do 3.º vol. das *Memorias*, indica a mesma morada mas com o n.º 13 B. Júlio de Castilho, a pág. 97 do 2.º vol. da *Lisboa antiga*, refere-se a esta casa, onde, segundo êle, nasceram as *Folhas cahidas*.

Nela se encontrou com o «Duque de Palmela, Mousinho de Albuquerque e varias das notabilidades politicas que influiram nos destinos da nação portugueza».

No verão de 1848 esteve Garrett, no Dafundo, em casa da família Palha (palácio que parece ter pertencido ao diplomata Márcio António de Azevedo Coutinho e onde habitou Beckford), onde compôs a comédia *O noivado no Dafundo* ou *cada terra com o seu uso, cada roca com seu fuso*, que ali foi representada por amadores (1).

No comêço do ano de 1849 mudou-se da casa da rua do Alecrim para a da rua do Salitre, n.º 180, de que era senhorio Francisco Carlos Botelho Moniz (2).

O seu biógrafo assim a descreve :

«Era predio pequeno, independente, que ainda conserva a mesma physionomia, com as suas tres janellas de frente no primeiro andar, grades de ferro nas duas do rez do chão e o velho portão ao centro».

E continúa :

«A casa agradara por ter quintal. O poeta amava as flores, quasi tanto como as mulheres ; e gostava que estas dessem voto acerca da escolha e disposição d'aquellas. Com a sua habilidade, não era difficil conseguill-o. O quintal da rua do Salitre fôra ajardinado com gosto, porque o tinha, e muito, a pessoa que me disseram ter sido auctora do plano : gosto, intelligencia, e vaidade, sobretudo vaidade, que é a razão suprema de muitas mulheres, e que, apesar de ser defeito, por acaso as leva muitas vezes a fazer coisas boas. Nesse vergel miniatura passavam-se manhãs deliciosas : alli almoçavam muitas vezes, discutindo flores, que então abundavam em Lisboa, e lembrando nomes de quem as tinha para se pedirem. Duas duzias de arbustos encheriam o terreno. . . (3) ;

(1) O nosso amigo sr. Márcio de Sampaio Ribeiro, no seu interessante opúsculo *Da velha Algés*, Lisboa, 1938, a pág. 25, refere-se a esta temporária (*muitas horas*, escreve o biógrafo) residência de Garrett.

(2) Vem o seu nome indicado no respectivo arrendamento, que figura, como apenso, no inventário feito por morte de Garrett.

(3) A predilecção de Garrett pelas flôres é objecto de um dos capítulos do livro *Homens de letras e flores*, de Sérgio de Castro, Lisboa, 1926.

Para o Pôrto pedia-as a Gomes Monteiro e o próprio Gomes de Amorim as solicitava para o Brasil.

Na primavera do ano de 1849 foi Garrett residir, algum tempo, com Alexandre Herculano, no eremitério da Ajuda.

A propósito disse Bulhão Pato ⁽¹⁾: «A serenidade luminosa d'aquella casa convinha ao estado de espirito do poeta em tal momento. Não podia escolher melhor retiro».

Este agudo estado de espírito do poeta era originado na sua arrebatadora paixão por um *Ignoto Deo* ⁽²⁾, que, então, o avassalava e que deu origem às *Folhas caídas*, que veio concluir junto de Herculano, conforme escreveu aquele.

Com êle e outros companheiros fazia excursões pelo vale das Romeiras, Carnaxide e Linda-a-Pastora.

Por ali se conservou o poeta até à aproximação do inverno.

O falecido poeta José Ramos Coelho, que foi amigo de Garrett, nas suas *Obras poeticas*, Lisboa 1910, a pág. 770, alude a esta casa, que, então, tinha apenas um andar ⁽³⁾.

Ali o procurou em 1852 afim de ouvir o juizo do mestre sôbre o seu primeiro livro de versos e solicitar-lhe um prefácio.

Também Matos Sequeira se refere a esta casa ⁽⁴⁾, a respeito da qual consultou o *Rol dos confessados da freguesia de São Mamede*.

Segundo este documento moravam lá: João Baptista de Almeida Garrett; Adelaide de Almeida Garrett, sua filha; José António de Carvalho, criado; Emilia Rita, criada ⁽⁵⁾; Manuel Alves Tôres, criado.

(1) A pág. 211 do 1.º vol. das suas interessantíssimas *Memorias*. Bulhão Pato, no livro *Sob os cyprestes*, dá a entender que o poeta voltara segunda vez para aqui, o que foi rectificado por Gomes de Amorim, a pág. 257 do 3.º vol. das suas *Memorias de Garrett*.

(2) Era a Viscondessa da Luz, D. Rosa Montufar Barreiros. Vid. o nosso artigo *Os amores de Garrett*, publicado na revista portuense *Civilização*, n.º 47, de Maio de 1932.

(3) Ultimamente, segundo escreve o mesmo Ramos Coelho, fôra substituído por um prédio de três andares e passara a ter o n.º 334.

(4) A pág. 319 e 320 do 2.º vol. do seu *Depois do terremoto*.

(5) Esta criada era especialista na confecção de dôce de abóbora de Africa, conforme Garrett escreve numa carta a sua filha...

Aquele ilustre arqueólogo não conseguiu identificá-la e justifica esta dificuldade: «É de supôr que o prédio fôsse restaurado ou aumentado, porque não houve meio de encontrar em toda a rua edificação que correspondesse às precisas indicações de Gomes de Amorim. Mais uma desvantagem, a acrescentar às muitas, que trouxe a alteração dos números de polícia».

Antes de Garrett vir para aqui morar «o Salitre era um bairro estremamente solitario», no dizer de Júlio Cesar Machado no seu livro *Apontamentos de um folhetinista*.

Como refere o mesmo espirituoso folhetinista, êste sítio, naquela época, era considerado como perigoso e, a-pesar-de serem baratas as

rendas das casas, estas estavam quasi sempre com escritos.

Garrett porém, segundo o mesmo autor, escolheu-o, antes de lá residir, com mais permanência, exactamente por ser um sítio isolado, para espaiar . . .

Aqui transcrevemos as



CASA, NA RUA DA JUNQUEIRA, ONDE
ALMEIDA GARRETT ADOCEU

(Gravura extraída do «Occidente», de 30-1-1899)

palavras do malogrado escritor, que ali próximo residiu: «Um homem de excepção, que percebia tudo, o grande Garrett, não lhe escapou a vantagem que este sítio offerencia com o seu retiro e o seu isolamento, e saltitou por alli uns poucos de annos, antes mesmo de lá morar, o que só teve logar no ultimo tempo da sua vida e quando já começava o Salitre a não ser o ponto deserto da cidade. O amavel maganão do

illustre poeta — teem estragado por ahi tanto os qualificativos, que quando a gente falla do Garrett e lhe chama illustre, quasi que tem escruplo de não achar termo mais digno! — tinha sempre por alli algures alugada ora uma casa, ora outra, como casa de campo, e ia esparecer alli, como em França os senhores do tempo elegante da regencia tambem usavam, em proporções talvez menos campestres e menos pittorescas. . . »

No ano de 1851 foi o nosso poeta veraneiar. . . para Belém.

«No 1.º andar da casa n.º 16, em Belem, na correnteza de casas que vae do largo ou praça de D. Fernando para a actual ponte dos vapores, ao pé dos arcos, que olham para o rio, passou o poeta o fim do verão e parte do outono de 1851», informa o seu biógrafo.

No ano seguinte igualmente escolheu Garrett o sítio de Belém para seu veraneio. . .

Lê-se nas *Memorias*, de Gomes de Amorim: «O poeta passou o resto d'esse verão e o começo do outono na casa do arco da passagem para a torre (de Belem), a qual tem hoje o n.º 40, na porta do meio, á direita, indo do Bom Sucesso».

De 22 de Setembro datou, de Pedrouços, uma carta, que dirigiu a Ramos Coelho (1). ¿Ter-se-ia mudado de Belém para aqui (2)?

Em 1853 foi passar a estação calmosa, na Ajuda, numa casa do largo do Pátio das Vacas, junto à igreja da Memória.

Dela é datada, em Agosto, uma sua carta dirigida a Gomes de Amorim.

Êste informa sôbre o assunto: «Garrett fôra passar esse verão e parte do outono em uma casa do largo do pateo das Vacas. É uma das que hoje teem o n.º 36 ou o n.º 40, subindo, á direita. Affirmo ser uma d'essas, mas, apesar de lá ter ido este anno (1882) verificar, não ousou dizer em qual das duas foi, receioso de que a memoria me engane (3)».

(1) Transcreve-a êste falecido escritor nas suas *Obras completas*.

(2) Vid. o nosso artigo *Garrett e a Costa do Sol*, publicado no n.º 13, da revista *Casino*, de 1928.

(3) Vid. *Memorias*, 2.º vol., pág. 378.

No ano de 1854 para ficar mais próximo da sua filha, que, então, era educanda do Convento das Salésias, foi morar para a rua da Junqueira, n.º 1 a 7, numa casa, construída no antigo Forte da Estrêla, de que era proprietário o Marquês de Angeja (1).

Escreve o seu biógrafo: «Num domingo do mez de Junho de 1854, tendo já alugado os baixos da casa do Marquez de Angeja, para ir passar ao pé da filha o resto do verão...»

E, mais adiante, dá informações mais minuciosas acêrca desta residência: «Seguindo a estrella do seu ultimo rumo, e no intuito de ficar mais perto da filha, tomou o rez do chão da casa do marquez de Angeja, no principio da rua Direita da Junqueira, á esquerda, indo para Belem. E' a que tem na parede o letreiro da citada rua, e á esquerda uma peça de artilheria de ferro, cravada no chão com a culatra voltada para cima. A porta de entrada, para um pequeno largo ou recanto, mostra o n.º 1». (2)

Nesta casa o visitavam, amiude, Gomes de Amorim, os seus vizinhos Pintos, a família de D. Pedro Moscoso, que morava no primeiro andar e certas senhoras suas vizinhas, influentes na escolha daquele sítio, segundo as informações do seu minucioso biógrafo.

Ali compôs a comédia intitulada *O Conde Novion* (3), a pedido dêste, para acompanhar a representação do seu drama *Odio de raça*.

«All se instalou em Junho, cedendo dois ou trez quartos, á entrada, a uns parentes do visconde da Luz, casados de pouco tempo. Lembro-me que o marido tinha o appellido de Pinto; era militar e de muito agradável trato. Os aposentos de Garrett continuavam para o lado da Junqueira. Eu tinha allí um quarto, com janella sobre o pateo arborizado, que deita para a travessa».

Foi ainda no principio dêste ano, em 5 de Janeiro, que alugou a casa da rua de Santa Izabel, n.º 56, que depois mudou para n.º 78, em

(1) Vêem indicados estes números num recibo de décima, relativa à mesma casa que vem apenso ao inventário.

(2) Veiu reproduzida em diversas publicações. A ela se refere Artur Lamas num dos seus trabalhos relativos à Junqueira.

(3) Possuimos o respectivo autógrafo.

que foi o primeiro inquilino. Era seu proprietário Francisco José de Araújo Barros. ⁽¹⁾

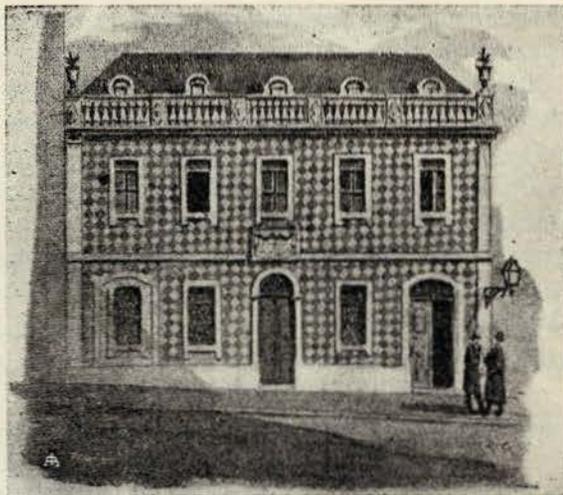
Em Fevereiro, como informa Gomes de Amorim, já lá andava o armador Gaspar, e antes do fim de Junho, para ela se fez a mudança dos móveis da casa da rua do Salitre, a que assistiu o poeta.

Arrumada a livraria, houve ali um almoço de inauguração a que assistiram, além de Gomes de Amorim, os escritores Mendes Leal, Rebelo da Silva e Felner.

Foi com esta casa, supondo que, talvez, seria aquela onde, por mais tempo, se fixaria até à sua última morada, que o poeta teve maiores preocupações.

Sucedem-se as cartas, com minuciosas instruções ⁽²⁾, para o dedicado Manuel José Gonçalves, escrivão do Depósito Público, acerca da reparação dos móveis, sua arrumação; colocação de cortinas, de passadeiras, de papéis, de candieiros; pinturas diversas, etc.

Êle e Gomes de Amorim, com a colaboração de Militão José Ferreira, armador que veio substituir o negligente Gaspar, arrumaram a casa



CASA ONDE FALECEU ALMEIDA GARRETT
Na Rua Saraiva de Carvalho (Antiga Rua de Santa Isabel, em Lisboa) (Gravura extraída do «Occidente», de 30-1-1899)

⁽¹⁾ Nas *Notas* citadas referimo-nos a um arrendamento desta data, que anda apenso ao inventário.

A' data da colocação da lápide, nesta casa, eram seus proprietários, segundo Gomes de Amorim, David Augusto de Araújo Barros e sua mulher D. Ludovina Manceniana Gomes.

⁽²⁾ Possuímos, na nossa colecção, algumas dessas cartas e instruções, que foram reproduzidas por Gomes de Amorim.

e os móveis; arranjaram o jardim, onde foram plantadas várias espécies botânicas; fizeram acender os fogões para que as tintas secassem; contrataram criados; mandaram pulir as carruagens, etc. Em suma, empregaram a sua actividade a-fim-de que o poeta viesse tomar posse da casa, com tudo disposto nos seus lugares.

Êste, tendo adoecido na Junqueira, foi, assim mal disposto e achacado que, em 30 de Outubro de 1854, entrou na sua nova casa, onde exalaria o último alento.

Gomes de Amorim, em largas páginas das *Memorias de Garrett*, descreve, pormenorizadamente, esta última residência de Garrett (1).

Apenas resumiremos um pouco o que lá vem.

No rez-do-chão ficava a porta principal, que dava para um pequeno vestibulo, tendo de cada lado uma janela de grades e um portão. O portão da esquerda era o da cavalaria e o da direita correspondia a uma rampa que levava aos pátios, jardim e quintal.

O andar nobre tinha cinco janelas de frente: duas da biblioteca, duas da sala e uma da saleta.

Nesse mesmo andar ficavam o quarto de cama, com a respectiva retrete; o quarto destinada à filha; a casa de jantar, com a sua copa e a cosinha. Nas águas furtadas havia ainda dois quartos, um, provisòriamente, reservado para sua filha e outro para a criada.

As diferentes divisões estavam guarnecidas por móveis artísticos e de bom gôsto.

Assim na biblioteca patenteavam-se as duas magníficas estantes de pau santo e jacarandá, que lhe haviam sido oferecidas pelo Duque de Palmela (2); outras duas estantes, mais modestas, que estão na Biblioteca Pública, de Angra; um bufete, presente do ministro do Brasil, em Lisboa, Vasconcelos Drummond e a célebre cadeira abacial, que fôra de seu tio D. Fr. Alexandre da Sagrada Família, que, presentemente, pertence ao Museu do Conservatório Nacional de Música (3).

(1) Para elas remetemos os nossos leitores e para o *Archivo Pitoresco*, vol. 3.º, onde vêem *Extractos de um livro inédito*, por Gomes de Amorim, acompanhados de uma gravura em madeira, da casa que ali é descrita.

(2) Pertencem-nos actualmente.

(3) Dela tratamos em artigo inserto no *Diario de Noticias* e no *Boletim da Sociedade Litterária Almeida Garrett*.

No quarto de cama havia, entre outros móveis, uma magnífica cama de pau santo, em estilo sebastianista; na sala viam-se mesas, de embutidos, bufetes, banquinhas, cadeiras, colunas torneadas, etc., e na casa do jantar estava colocada uma mesa elástica de um só pé, dois móveis hamburgueses e doze cadeiras cobertas de marroquim.

«Como casa particular, foi a sua apesar de pequena, escreve Gomes de Amorim, a primeira que em Lisboa se conheceu ornada quasi toda de moveis antigos restaurados. Havia-as muito mais ricas, de pessoas opulentas; nenhuma de mais harmonia no conjuncto artistico».

Foi nesta casa que, pelas seis horas e vinte e cinco minutos da tarde de sabado, nove de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro, se finou o *Divino*, como a Almeida Garrett chamavam, em Coimbra, os seus discípulos.

Gomes de Amorim aventou a ideia de se conservar, intacta, esta casa, constituindo-se, assim, um *Museu Garrett*.

Na revista *Atlantida*, de 1916, referiu-se, também, o ilustre escritor João Grave à sua adaptação a museu.

Nesta casa foi colocada, em 1865, uma lápide de mármore branco, guarnecida de cortinas, em que se lê a seguinte inscrição, que tem por cima uma pequena lira:

NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 1854
FALLECEU N'ESTA CASA
O POETA PORTUGUEZ
VISCONDE DE ALMEIDA GARRETT
FOI ESTA LAPIDE FEITA NAS OFFICINAS DE
SERGIO AUGUSTO DE BARROS
E ASSENTE NA DITA CASA
NO DIA 25 DE JUNHO DE 1865 — AO MEIO DIA

Por várias vezes foi apresentada a sugestão para esta casa ser considerada monumento nacional, como consta das seguintes publicações:

Boletim Architectonico e de Arqueologia, 3.º vol. 1874, 2.ª série, pág. 138; *Relatorio e mappas acêrca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionais apresentados ao governo pela*

Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade com a portaria do Ministerio das Obras Publicas de 24 de Outubro de 1880, Lisboa, 1881 (entre os *Logares memoraveis* menciona a *casa do Visconde d'Almeida Garrett*, na rua de Santa Isabel); *Monumentos nacionaes*, por Gabriel Pereira, Lisboa, 1900 (entre as *Casas memoráveis* aponta a de Garrett, em Lisboa) e *Subsidios para a classificação dos monumentos nacionais*, Lisboa, 1904 (entre os *Logares memoraveis*, de Lisboa, indica a *Casa do Visconde de Almeida Garrett, na rua de Santa Izabel*, informando: «é a casa em que residiu nos seus ultimos tempos, e onde morreu o illustre poeta»).

A-pesar destas sugestões não foi considerada monumento nacional, por isso não vem incluída no folheto *Monumentos nacionais — Legislação e classificação*, Lisboa 1923.

Atualmente é proprietária da casa, onde faleceu Garrett, a sr.^a D. Maria Pinto Soares e Silva, avó do sr. Augusto Pinto Soares e Silva, casado com a sr.^a D. Maria Clotilde Tôrres Pinto Soares e Silva (1).

Visitaram esta casa, muito recentemente, os distintos jornalistas srs. Artur Portela e Couto Rodrigues, que, respectivamente, deixaram as suas impressões no *Diario de Lisboa*, e no *Fradique*, de 10 de Maio de 1934, neste em artigo intitulado: *Na casa em que morrera Almeida Garrett*.

A casa, onde morreu o grande poeta Almeida Garrett (2) é indicada aos visitantes de Lisboa na *Guia do forasteiro nas festas antonianas*, Lisboa 1895 e no *Roteiro das ruas de Lisboa*, de Sebastião Pacheco (3).

(1) No *Diario de Noticias* de 19 de Janeiro de 1916, veiu publicado o testamento de D. Ludovina Marceniana (ou Manceniana) Gomes de Barros, que, nêle, legou esta casa a Cláudio Pinto Soares e Silva, cujo parentesco com a actual proprietária ignoramos.

(2) Foi reproduzida a sua fachada em diversas publicações.

(3) O nosso amigo e camarada coronel Belisário Pimenta informou-nos que é tradição, em família sua conhecida, que o poeta residiu, ainda, durante pouco tempo, numa casa da rua de Santo Amaro, n.º 41, não se sabendo em que ano.

“OLISIPO”

BERÇO DO PERIODISMO PORTUGUÊS

O TRI-CENTENÁRIO DA “GAZETA” COGNOMINADA “DA RESTAURAÇÃO”

POR ALFREDO DA CUNHA

(Conclusão)

POR estas amostras, de tão diverso sabor, com que procurei amenizar um pouco a aridez do presente estudo, avalia-se a natureza das «novas novidades» e das «cousas de outras sortes, que ha na terra e no mar», com que o moço de escrevaninha de D. João II compôs esta *relação* quinhentista, que só differia das outras em ser versificada.

Desde os usos e costumes de povos bárbaros até as cerimónias e festas da côrte; desde as mortes de altas personagens até os nascimentos de ilustres rebentões fidalgos; desde os descobrimentos e conquistas de além-mar, até as façanhas guerreiras na metrópole; desde os maravilhosos fenómenos celestes, até os pavorosos abalos terrestres; desde os nomes dos grandes homens da nobreza e da clêrezia, até os dos grandes artistas e escritores; desde os factos mais notáveis até as mais comezinhas informações àcêrca dos preços dos cereais e dos arti-

gos do vestuário feminino ou os prodígios mais inverosímeis, como o do menino de Évora

que a dois anos não chegava
e intendia, e falava,
e era já bom latino,
respondia e perguntava...

tudo na *Miscelânea* vem narrado com pormenores dignos dum bom noticiarista.

Nem lhe faltava a crítica acerada das iniquidades e maus hábitos do seu tempo — que são, afinal, de todos os tempos —

. . . os bons descahidos
e os maus mui levantados.
.....
Sandeus desinvergonhados
valer com seus artificios,
estrangeiros com officios
e senhores enganados . . .
. . . muitos mandar
que deviam ser mandados.
Vemos em ladrões falar ;
se os há, não são achados
ou não os querem catar.

Muitas outras quintilhas mostram o character noticioso, e quasi diria de verdadeira reportagem, da curiosa *Miscelânea*, cujo autor assim escrevia àcêrca das modas do seu tempo, que, em leveza, parece que se assemelhavam às do nosso :

Agora vemos capinhas,
Muito curtos pelotinhos,
Golpinhos e çapatinhos,
Fundas pequenas, mullinhas,
Gibõezinhos, barretinhos,
Estreitas cabeçadinhas,

Pequenas nominaszinhas,
Estreitinhas guarnições,
E muitas mais invenções,
Pois que tudo são cousinhas.

ou relatava sucessos dignos de admiração e memória, como a criação da «Misericórdia santa»,

Cousa tanto de louvar,
Que não sei quem não se espante
De mais cedo não se achar.

ou aludia aos descobrimentos dos portugueses :

Outro mundo novo vimos
Por nossa gente se achar,
E o nosso navegar
Tão grande, que descobrimos
Cinco mil léguas por mar.

ou registava factos causadores de espanto :

Vimos cá vir elefantes,
Outras bestas semelhantes
Trazer da Índia por mar,
Por mar os vimos mandar
A Roma mui triunfantes.

ou, descendo a assuntos de menos pasmo, dava conta dos preços dos mercados :

Vimos por vinte cruzados
Luvas de coiro vender.
.....
Vimos em Évora valer
Os moios de pão iguaes,

Quinze, vinte mil reais;
Agora os vemos vender
A septenta mil e mais.

Ano vi tão abastado
Que a oito reais comprados
Foi o alqueire de pão;
Outro vimos em que não
Se achava por um cruzado.

A admitirmos o critério de que as *Relações* de Severim de Faria são os avós dos jornais hodiernos, seríamos logicamente forçados a aceitar que as gazetas de hoje tiveram como bisavó a gazetilha de Garcia de Rezende. E então, para não sermos inconseqüentes, deveríamos fixar a data de 1954 para se comemorar, não o terceiro, como se projectou fazer em 1926, mas sim o quarto centenário do primeiro jornal português! Com o que muito se envaideceriam certamente os que, acima do rigor histórico, põem a vanglória das jactâncias patrióticas, visto que, a ser tudo assim, Portugal, neste particular, levaria a palma, em primazia, às outras nações da Europa.

«Eis a que longínquas eras (escrevi em tempo, e vem agora a propósito repeti-lo) e a que género de publicações se teria de remontar para descobrir os primórdios do nosso jornalismo, se se atender apenas à índole noticiosa das *relações* ou escritos congêneres, e não a outros requisitos que melhor definem e caracterizam o periodismo, como bem se notava num artigo do *Panorama* atribuído a Alexandre Herculano».

* * *

O argumento documental decisivo contra os que pretendem que a primeira *Relaçam* publicada de Severim de Faria seja o primeiro jornal português, é fornecido pela citada Carta Régia de 26 de Janeiro de 1627. Induz ela à convicção iniludível de que, segundo já deixei notado, anos antes daquela *Relaçam*, publicada em fins de Outubro ou Novembro de 1626 (isto é, dois ou três meses apenas antes de tal diploma) já tinham aparecido impressas outras análogas.

Era concebida nos seguintes termos essa providência do rei intruso :

«De alguns anos a esta parte, se tem introduzido nessa cidade (Lisboa) escrever e imprimir relações de novas gerais — e porque em algumas se fala com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes, ordenareis que se não possam imprimir sem as licenças ordinárias, e que antes de as dar, se revejam e examinem com particular cuidado».

Silva Túlio⁽¹⁾ cortou tôdas as dúvidas quanto a não terem sido as duas *Relações* publicadas de Severim de Faria as primeiras, impressas, de *novas gerais*, neste comentário à *Carta Régia* citada :

«A *relação de novas gerais* que daquelle tempo se conhece é a do nosso clássico Manuel Severim de Faria, publicada em 1626, com o titulo de *Relação Universal*, etc.

«Dizendo, porém, a citada carta régia que o uso de escrever e imprimir tais *relações* se havia introduzido *de alguns anos a esta parte*, referindo-se ao ano de 1627, em que foi datada, é claro que não aludia só à de Severim de Faria publicada em Lisboa no ano antecedente, porém a outras *alguns anos mais antigas*».

Nem às *Relações* de Faria podia aplicar-se a imputação de nelas se «falar com pouca certeza e menos consideração, de que resultam graves inconvenientes», porque, segundo o texto da censura de Frei João Cardoso feita à primeira, «não tem coisa contra nossa Santa Fé e bons costumes, antes parece curiosa e honesta». E também porque o autor estava acima de tôda a suspeita de redigir escritos inconvenientes.

O colector do *Catálogo do Diccionario* da Academia das Ciências, de Lisboa, definia-o como «a pessoa mais autorizada e respeitável pelas virtudes e letras que em seu tempo se conhecia em Portugal», gabando-lhe «a candura e modéstia de character», e o Sr. Dr. José

⁽¹⁾ *Introdução Bibliológica* ao primeiro *Brinde aos Senhores Assignantes do Diário de Notícias*. — 1866.

Leite de Vasconcelos considera-o «pessoa comedida e ponderada por natureza».

A Carta Régia não podia, pois, ser carapuça talhada para a sua veneranda cabeça. . .

* * *

As duas *Relações*, publicadas, de Severim de Faria, têm dado motivo a diversas inexactidões e confissões de ignorância por parte dos que à cerca delas escreveram, visto que a sua raridade impossibilitou a maior parte dos bibliógrafos de as verem e examinarem.

Mais feliz, porém, do que eles, pude ver e comparar os frontispícios dos três folhetos impressos, um em Lisboa, outro em Braga e outro em Évora, e assim assinalar, sem receio de contradita, mas sem o menor intento de censura, as omissões ou lapsos dos escritores que se lhes têm referido, e a quem faltou a possibilidade de cotejarem tais *Relações*, ou de se certificarem da existência de algumas delas.

Assim é que Barbosa Machado ⁽¹⁾ e Jorge Cesar Figanieri ⁽²⁾ registam a edição da primeira, impressa em Lisboa por Geraldo da Vinha, mas não deram notícia da que saiu em Braga em 1627.

No *Catálogo dos autores* que precede o único tomo do *Diccionario da Língua Portuguesa*, publicado pela Academia das Ciências (1795) a pág. cxi, menciona-se tal *Relaçam* como impressa em Braga, em 1627, e não se dá notícia da de Lisboa, de 1626, de que aquela foi a reedição, e cuja existência o colector parece ter ignorado.

Silva Túlio, no estudo bibliológico que já citei, dá como impressa em Braga, não a primeira *Relaçam*, ali reeditada, mas a segunda, que não se imprimiu ali, mas sim em Évora.

Inocência Francisco da Silva ⁽³⁾ menciona a de Lisboa, de que viu um exemplar, mas, por um desses lapsos de admirar em tão cuidadoso bibliógrafo, dá como impressa em Braga, em 1627, não a reedição da de 1626, mas a que só consta haver sido impressa em Évora, em 1628,

⁽¹⁾ *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, pág. 372.

⁽²⁾ *Bibliographia Histórica Portuguesa*.

⁽³⁾ *Diccionario Bibliográfico Portuguez*, tomo 6.º, pág. 108.

e da qual ninguém regista qualquer reimpressão. E agrava a inadvertência, dizendo que a segunda *Relaçam* vem apontada, como saído em Braga, no *Catálogo dos autores* constante do *Diccionário* da Academia, quando tal não é, pois ali vem mencionada como tendo saído em Évora, da oficina de Manuel de Carvalho.

A. X. da Silva Pereira, no seu *Diccionario Jornalístico Português*, cujo manuscrito completo foi adquirido e é conservado pela Academia das Ciências de Lisboa, acertando quanto à descrição da *Relaçam* de 1626, e quanto a haver sido esta reeditada em Braga, desacerta quando afirma que ninguém viu esta reedição, porque fôra ela vista, ao menos, por quem elaborou o referido *Catálogo* e por quem possuía o exemplar que hoje pertence à Biblioteca Nacional.

Finalmente o Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos, baseando-se na informação errada de Inocêncio, certamente porque não pôde examinar os exemplares, que, com verdade, diz que são «raríssimos» de tais *Relações*, na *Resenha Cronológica da vida de Severim*, que é um dos capítulos das suas já citadas *Notas biográfico-literárias*, à cerca do célebre Chantre, assinala a data de 1627 à «publicação, em Braga, de outra *Relaçam*» diferente da Lisboa, e que afirmara ser «concernente aos anos de 1626 e 1627», quando, como já notei mais de uma vez, ela é apenas uma reedição incorrecta da primeira concernente a Março de 1625 até todo o Setembro de 1626; e fixa a data de 1628, à «nova edição, em Évora, da segunda *Relaçam*», quando não é «nova», mas sim a única até hoje conhecida.

Vem a-propósito chamar a atenção para a circunstância curiosa de, abrangendo a primeira *Relaçam* os meses indicados até fim de Setembro de 1626, o censor frei João Cardoso ter dado o seu parecer e o Bispo Inquisidor Geral e o Ordinário terem concedido as licenças, em datas respectivamente de 14, 16 e 17 de Abril daquele mesmo ano. Recairam, pois, não sobre tôda a *Relaçam*, respeitante a 19 meses, mas apenas sobre a parte referente a 13 meses, começados em Março de 1625, e que, na *História Portuguesa* manuscrita de Severim de Faria, a que aludí, constitui o 16.º capítulo.

«Seria isto (como já em tempo formulei a pergunta) porque tanta confiança inspirava a todos o probo e respeitabilíssimo Chantre, que

se achou dispensável voltar a *Relaçam* a correr os trâmites da censura com as notícias adicionadas dos seis meses, *de Abril a Setembro de 1626*, e bastou que o mesmo frei João Cardoso lhes desse o passaporte para a publicidade, autorizando a impressão em 2 de Outubro de 1626?»

A esta hipótese dão certa verosimilhança as palavras do Dr. frei Francisco Brandão, cronista-mor, na informação do Desembargo àcerca das *Notícias de Portugal* do mesmo Severim de Faria :

«Não tenho que dizer mais, senão que a abonação do seu Autor as qualifica, e que sempre que der à luz obras suas, terão a estimação que merecem, assim pela erudição, com que as exorna, como pelo zêlo do serviço de Vossa Magestade e da pátria, que lhe reconheço há muitos anos».

Esta apreciação não representava apenas um juízo favorável quanto à obra que lhe era presente; quási importava uma espécie de salvo-conduto, firmado na «abonação», que o passado do autor justificava, quanto aos seus trabalhos futuros.

Não haveria, pois, em tempos pretéritos, o venerando Chantre da Sé de Évora beneficiado do conceito em que por todos era tido e da confiança que mereciam os seus trabalhos e virtudes ?

Seja qual fôr a explicação, não conheço outro caso semelhante; naquela época, de escapar pela malha da rêde da censura, ou seja das «licenças ordinárias», de que fala a Carta Régia de 1627, um escrito impresso, como o de que se trata.

* * *

Arredadas da discussão as *Relações* de Severim de Faria e quaisquer outras das suas predecessoras, fica-nos a *Gazeta* referente a Novembro de 1641, como o incontestável primeiro periódico português.

Foram as *Gazetas* que vieram então, como, no artigo atribuído a Alexandre Herculano, se escreveu no *Panorama*, «animar o povo depois daquela ousada tentativa (a restauração de 1640)», «narrar-lhe as vanta-

GAZETA,
EM QV ESE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QUE OVVE NESTA
CORTE, E QUE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouem-
bro de 1641.



Com todas as licenças necessarias
E privilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres,

gens alcançadas contra a Espanha, bem como as dificuldades em que se via envolvida aquela monarquia, e até exagerá-las; e porventura o govêrno não achou meio nenhum mais azado a seus intentos, do que lançar mão das *Gazetas*, invento que, como vimos, era já conhecido em outros países da Europa».

E no mesmo artigo, descrevendo-se a natureza e fins dessas publicações periódicas, explica-se:

«O objecto principal destas *Gazetas* antigas era dar notícias da guerra com Castela; continham, além disso, as novidades ocorridas nos países estrangeiros, as novas publicações literárias de vulto, os óbitos das pessoas notáveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos».

Estas *Gazetas*, diferentemente das duas *Relações*, publicadas, de Severim de Faria, foram, no seu maior número, mensais, desde Novembro de 1641, até, pelo menos, 1647 ⁽¹⁾, e impressas em Lisboa, o que lhes assinala a periodicidade e a continuidade; tiveram interdependência ou «encadeamento», porque algumas delas chegam a inserir rectificações ou esclarecimentos às precedentes; e diligenciavam transmitir aos leitores informações tão completas, variadas e rápidas, quanto isto era compatível com os escassos recursos da reportagem daquela época.

* * *

Chegado quási ao final desta dissertação, seja-me permitido repetir os períodos com que encerrei um já citado trabalho meu sôbre êste mesmo assunto.

«Se se tornar a pensar — e é justo que a seu tempo se pense — na comemoração do tricentenário do primeiro periódico portu-

⁽¹⁾ No *Diccionário Bibliográfico Portuguez*, (T. 9.º, pág. 418 e segs.) encontra-se a lista de 37 *Gazetas*, existentes naquela data (1870) na Biblioteca de Évora.

guês, acertadamente se procederá fazendo a conta dos 300 anos a partir, ou de Novembro de 1641, mês a que a primeira *Gazeta* diz respeito, ou de Dezembro seguinte, em que provavelmente foi publicada, visto que antes de 5 dêste último mês — dia em que foi taxada para venda — não lhe era lícito aparecer em público.

«Sentimos deveras não poder formular conclusões que façam remontar muito além do ano indicado o início do periodismo em Portugal. Assim dariamos satisfação aos que se compraziam em celebrar, mais do que o tricentenário, o milénio dêsse facto...

«Deploramos vivamente não ter encontrado jornais em que houvessem colaborado vigorosos evocadores dos episódios da história pátria, como Fernão Lopes; romancistas imaginosos, como Vasco de Lobeira; novelistas sentimentais, como Bernardim Ribeiro; graciosos e mordazes críticos de costumes, como Gil Vicente; comentadores filósofos, como Sá de Miranda; cronistas versejadores, como Garcia de Rezende, ou gazetilheiros espirituosos e satíricos, como alguns dos poetas do seu *Cancioneiro* — os dos *Porquês* e dos *Arrenegos* —; repórteres de viagens como Fernão Mendes Pinto; fazedores de secções de *falar e escrever*, como poderiam ter sido os gramáticos Fernão de Oliveira ou João de Barros. E ficaríamos encantado, se acaso se nos deparasse uma revista de jurisprudência, que João das Regras tivesse dirigido; ou de medicina, sob os auspícios de um Pedro Julião; ou de ciências matemáticas, tendo um Pedro Nunes a orientá-la; ou de literatura — uma ilustração talvez, para que dessem desenhos os iluminadores da época — com um Camões à frente da sua redacção, rodeado, como colaboradores, dessa pleiade de quinhentistas, seus contemporâneos, que em prosa e verso se tornaram célebres.

«Porque a todos êsses vultos das ciências ou das letras só o que faltou para terem sido insignes e gloriosos jornalistas, foi ... o haver jornais no seu tempo e na sua pátria, ou o terem vivido depois da imprensa periódica invadir o mundo civilizado.

«Confrange-nos, finalmente, ter de sacrificar os desejos de

aumentar o cabedal das nossas glórias ao dever de procurar a verdade, e de, tendo-a achado, e dela estando convencido, a justificar e proclamar, adequando ao caso o dito referido a Platão: — *Amica patria, sed magis amica veritas...*»

E com a verdade parece que estou realmente, quando, ao recusar-me absolutamente a considerar as *Relações* de Severim de Faria o «protótipo dos jornais modernos» — e «protótipo» significa o modelo mais perfeito e exacto — apenas concordo em reputá-las, com o douto professor Mendes dos Remédios ⁽¹⁾ as simples «precursoras», isto é, as modestas núncias que precederam ou pressagiaram o aparecimento do primeiro genuíno periódico português.

Além de que, em tal opinião, vejo-me não só na companhia da dezena de escritores de óptimo nome que já citei, mas também apoiado pelo consenso geral da imprensa diária de Lisboa e Pôrto, que, em 1 de Maio de 1938, perfilhou e aplaudiu o meu alvitre de se celebrar em 1941, e em continuação ou complemento das comemorações dos centenários da Independência e da Restauração de Portugal, o tricentenário da publicação que iniciou o periodismo entre nós, ou seja da *Gazeta* de 1641. Foi ela que, pelos serviços que prestou à consolidação daquele segundo feito da nossa história, e porque para êsse fim se criou e foi protegida por D. João IV, ficou, como é sabido, a cognominar-se «da Restauração» ⁽²⁾.

Aquela espécie de sufrágio, consagrado pela entusiástica aceitação, que a ideia recebeu do Sr. Dr. Alberto de Oliveira, então presidente da Comissão dos Centenários, veio provar-me que no próprio jornalismo nacional se reconheceu a procedência do que deixo exposto, e então resumi na carta que enderecei àquele eminente escritor e diplomata, e que a imprensa publicou.

⁽¹⁾ *História da Literatura Portuguesa*, pág. 358.

⁽²⁾ D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, atribue até, em parte, à autoria do próprio monarca a redacção das notícias por meio de cuja divulgação pela imprensa D. João IV pretendia ter, no reino e nas conquistas, os súbditos «contentes e satisfeitos com os bons sucessos das suas armas».

* * *

Terminada esta longa digressão pelos domínios da arqueologia jornalística, resta-me justificar, em poucas palavras, a epígrafe que lhe dei.

Tanto os poucos que reputam ser o nosso primeiro periódico a *Relaçam* de Severim de Faria «impresa por Geraldo da Vinha» em 1626, como os muitos que conferem aquela primazia à *Gazeta* saída da oficina de Lourenço de Anveres, em 1641, não podem deixar de convir — e êste é o único ponto de concordância — em que ambas foram impressas em oficinas olisiponenses. E, por tal motivo, não julguei descabido assinalar o facto neste *Boletim* destinado a arquivar estudos acêrca de assuntos respeitantes à nossa capital, e que, por isso mesmo, se intitula *Olisipo*.

Insisti e demorei-me na prova de que à primeira *Gazeta* da Restauração cabe o direito de ser reconhecida como a genuína ascendente dos periódicos nacionais, porque a alguma outra das diversas *Relações* publicadas antes das de Severim de Faria (ou até à primeira destas, que por alguém fôsse dada como impressa em Braga ou em Évora, tantos e tamanhos têm sido os erros dos que as descreveram sem as ter visto!) e que, sendo congéneres das do célebre Chantre, houvesse porventura sido impressa em oficina de alguma terra provinciana, poderiam vir a atribuir fantasiosamente tal parentesco. Ora, com esta espécie de processo de investigação de paternidade legítima, que deixo instruído, o que pretendo é evitar que chegue a transitar em julgado alguma arbitraria sentença contra a aludida *Gazeta*, expoliando assim Lisboa da inauferível glória de ter sido, como lhe chamei no título dêste estudo, o «berço do periodismo português».

NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS LIVROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ

POR LUIZ PASTOR DE MACEDO

O interêsse que despertam os livros paroquiais! . . . Lá se dizem as filiações dos indivíduos, os seus estados, com quem casaram, de quem enviuvaram, as naturalidades, as moradas, as profissões, as honras, muitas vezes as alcunhas, quem eram os padrinhos, as testemunhas, os testamenteiros, se faleceram naturalmente, se foram assassinados, se se suicidaram, onde foram sepultados, algumas vezes de que doença morreram e muitas outras até os hábitos particulares do titular do registo, principalmente se êste é de óbito. E a-par de tudo isto, quantos e quantos casos passados na cidade, ali se encontram descritos!

Ao folhearem-se aqueles livros, tem-se a impressão de que o Criador nos concedeu a faculdade especial de vivermos também a vida que passou, tal a quantidade de notícias curiosas e de pormenores de interêsse que encerram, tal a exposição ubérrima dos costumes de várias épocas que ali se nos depara.

Mas então os livros da Sé, excedem em interêsse quaisquer outros! Esta primazia obtiveram-na, principalmente, por causa de um cura. Já nos explicamos:

Aí por outubro de 1610, tomou posse do curato da Sé o padre Fernão Luiz, homem ainda novo, se atendermos à data do seu falecimento ocorrido muitos anos mais tarde. Através dos assentos paroquiais — se deles nos é permitido tirar qualquer impressão do carácter e do temperamento do cura que os lançava pelo seu próprio punho — parece-nos poder afirmar que o padre Fernão Luiz era homem de grande actividade, muito minucioso e de grande boa fé.

E que boa fé! Uma vez, em maio de 1616, aparece-lhe um casal de pretos que se queria casar. Êle chamava-se simplesmente Francisco e ela simplesmente Maria.

— Mas moram na freguesia? — perguntou-lhes o cura.

Os pretos responderam que sim.

— E os pregões? Como posso eu casá-los se não estão apregoados?

A isto respondeu o preto Francisco apresentando uma autorização para que êle e a sua Maria se pudessem casar sem serem apregoados, autorização que fôra passada pelo provisor dos casamentos que ao tempo era Francisco de Sá. A razão, diziam êles, era porque «averia pessoas que lhe impedirão o Casam.^{to} maliciosamente».

O cura acreditou na explicação, acreditou também que viviam na freguesia e casou-os entre uma chusma de pretos e de pretas dentre a qual sobressaíam como pretalhada de maior importância, um Lázaro Duarte, um Simão não sabemos de quê, um Francisco de Matos e uma Maria de Ávila

Mas afinal os noivinhos haviam-no enganado: nem um nem outro moravam na freguesia. E êle próprio, à margem do registo matrimonial, dá conta do lôgro em que caíra: «estes me enganarão porq̃ nenhū era meu freges (freguês)».

Fernão Luiz foi cura da Sé quási trinta e três anos. Durante grande parte dêles, a letra dos registos que lançava nos seus livros, é firme, denota boa saúde, e às vezes o capricho de a fazer bem feita revela a paz do seu espírito, a sua boa disposição; os pormenores a que descia na redacção dessas notas paroquiais, dão-nos bem a ideia do seu feitio minucioso, do seu desejo de ser exacto, da sua preocupação em desempenhar bem o lugar que ocupava.

Os anos passam. Ê já cura há vinte e a letra já não é bem a

mesma: um pouco menos firme, lançada sem preocupação. É cura já há trinta e a diferença que se nota é então já grande. O padre Fernão Luiz deve estar já muito cansado, talvez doente... Daí para diante está doente com certeza e o seu estado de saúde piora de dia para dia conforme nos é revelado pela sua letra traçada tremulamente. E sucedem-se os meses. Já não é êle que lança os registos; só os assina, sendo o último o dum óbito ocorrido em 21 de Agosto de 1642. Recolhe ao leito. O que êle sofreu! Vê ainda entrar o inverno, vê ainda abrir a primavera, vê ainda entrar o verão, mas já não viu começar o outono: faleceu em 13 de julho de 1643. Sepultaram-no na Sé e foi seu testamenteiro um Guilherme Dias, segundo declarou o padre Francisco de Sousa, seu antigo coadjutor, que lançou o respectivo assento de óbito.

Pode-se agora perguntar: mas que tem êste cura Fernão Luiz com o grande interêsse que têm os livros paroquiais da Sé?

É que o bom cura fazia dos livros paroquiais um repositório de notícias sôbre acontecimentos que se passavam na cidade. (!) Havia um auto de fé? Pespegue se com a sua descrição nos livros referidos. Saía uma armada para a Índia? Noticie-se isso também. Assassinaavam um fulano de apelidos conhecidos? Dava-se um desastre? Havia um enforcamento? Um grande incêndio? Um desacato? Sucedia dar-se a morte de algum *grande*? Um sensacional acontecimento na cidade? Chegavam os gafanhotos? Faltava o trigo? Nascia um príncipe, um infante? Tudo, tudo ia para os livros paroquiais, tudo era ali explicado.

Evocando a sua memória, agradeçamos-lhe sinceramente as notícias e interessantes *reportagens* que nos legou.

Paz à sua alma!

(Continua)

(!) Outros, antes e depois dêle, deixaram também estampadas nos livros paroquiais algumas notícias, porém, o cura Fernão Luiz sobrelevou a todos na quantidade relativa de registos de interêsse que nos deixou e na minuciosidade com que os redigiu.

OBRAS OFERECIDAS PARA A BIBLIOTECA DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»
PELOS SEGUINTESENHORES E ENTIDADES:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DOS LOJISTAS DE LISBOA

N.º 604/635/639/658/661/679/687/797/846/882/969 — *Boletim da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa*, n.ºs 24, 26, 11 (1937), 27 a 33 (1938/39).

ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUÊSA

» 605/632/640/662/680/790/818/852/918/981/1049/1075—*Indústria Portuguesa* n.ºs 130 a 137 (1938/39).

GRUPO AMIGOS DE LISBOA

- » 606/7 — *As Ruínas do Carmo*, pelo Dr. Eduardo Neves.
- » 608/9 — *A Ermida de Santo Amaro*, por Luiz Moita.
- » 610/19 Olisipo n.º 3, 645/54 Olisipo n.º 4, 795 A/793 J Olisipo n.º 5, 885/92 Olisipo n.º 6 e Olisipo n.º 7, 1090/99.
- » 620/29 — *A Igreja da Conceição Velha*, por Mário Sampayo Ribeiro.
- » 645/44/975/76 — *Lisboa de Outrora*, 2 e 3.º vol., por João Pinto de Carvalho (Tinop).
- » 655/56 — *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Penha de França*, pelo Dr. Eduardo Neves.
- » 792/93 — *Lisboa no Folclore*, por Luiz Chaves.
- » 895/94 — *A Faculdade de Medicina de Lisboa*, pelo Dr. Eduardo Neves.
- » 1005/6 — *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, por Mário de Sampayo Ribeiro.
- » 1051/32 — *A Igreja e o Sítio de Santo Estevão de Alfama*, por Sidónio Miguel.
- » 1051/2/3 — *Estudos de Urbanismo em Portugal*, pelo Arquitecto Paulino Montez.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- N.ºs 650 — *Lisboa Antiga Vol. XII*, por Júlio de Castilho.
- » 690/93/958/60 — *Boletim Cultural e Estatístico*, n.ºs 1 a 4 (1937).
 - » 919 — *4.º Centenário do Nascimento de Camões, 1524 a 1924*.
 - » 921 — *O Cêrculo de Lisboa em 1147*, pelo Dr. José Augusto de Oliveira.
 - » 922 — *Guia das Festas da Cidade de Lisboa de 9 a 13 de Junho de 1934*.
 - » 924 — *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)*, pelo Dr. José Augusto de Oliveira.
 - » 929 — *Catálogo da Exposição da Estátua Eqüestre*.
 - » 930 — *Estudos de Machado Castro para a Estátua Eqüestre de D. José I*.
 - » 931 — *Programa das Festas da Cidade* (1935).
 - » 932 — *Roteiro da 1.ª Exposição Teatral Portuguesa*.
 - » 933 — *Catálogo do Cortejo Histórico de Viaturas de Bombeiros* (1934)
 - » 934 — *Programa das Festas de Lisboa* (1934).
 - » 935/37 — *Cortejo Histórico de Viaturas* (1934).
 - » 936 — *Catálogo da Exposição Cerâmica Ulisiponense* (1936).
 - » 938 — *Catálogo da Exposição do Terramoto de 1755* (1934).
 - » 959 — *Primeiro Centenário do Nascimento de Camões* (1910).
 - » 940 — *Auto de Santo António*, por Gustavo de Matos Sequeira (1934).
 - » 941/56 — *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*.
 - » 957 — *Lisboa e os Lusíatas na Formação da Pátria*, pelo Dr. Hernani Cidade (1934).
 - » 962 — *Catálogo da Exposição Antoniana* (1936).

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

- » 631 — *Relatório da Direcção Geral dos Caminhos de Ferro* (1937).
- » 635/6/854/55 — *Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe*.
- » 674 — *Relatório da Direcção Geral dos Serviços de Viação* (1937).
- » 796 — *Boletim da Comissão de Fiscalização das Obras de Abastecimento de Água à cidade de Lisboa n.º 13* (1939).
- » 798/99 — *Direcção de Estradas de Castelo Branco, Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe* (1938).
- » 800/1 — *Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe de Aveiro* (1939).
- » 925/6 — *Direcção de Estradas de Bragança, Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe* (1938).
- » 927/8 — *Direcção de Estradas de Beja, Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe*.
- » 1053/34 — *Itinerário das Estradas Nacionais de 1.ª e 2.ª Classe*.

DIRECÇÃO DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

- » 637/805/983 — *Boletim da Direcção dos Edifícios e Monumentos Nacionais n.ºs 13 a 15*.

ARTUR MACIEL

N.º 634 — *Viana Centro de Turismo*, pelo oferente (1938).

» 802 — *Condes e Senhores de Viana da Foz do Lima*, pelo oferente (1938).

PARCERIA ANTÓNIO MARIA PEREIRA

» 591/D/E/F/G/638/A/686/7/837/8/875/6/977/8/1045/44/1085/86 — *Peregrinações em Lisboa*, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, por Norberto de Araújo.

» 676/7/1087/88 — *Peregrinações em Lisboa*. (Índice Remissivo), por Norberto de Araújo.

ALVARO PINTO

» 641/A/665/67/678/82/791/94/819/A/853/56/965/66/979/80/1045/50/1074/75 — *O Ocidente* n.ºs 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.

ALBERTO EMÍLIO MEYRELLES

» 642 — *Guia dos Viajantes em Lisboa e suas vizinhanças*.

DA REDACÇÃO

» 657/89/A/839/965/1060 — *Gil Vicente*, revistas n.ºs 8, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, (Guimarães 1939).

(Continua)

O CARMO E A TRINDADE

POR GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

∫∫ PREÇO PARA OS SÓCIOS. ESC. 18\$00
PREÇO PARA O PÚBLICO. ESC. 20\$00



edição da Câmara Municipal
de Lisboa, de que somos de-
positários, assim como de
todos os outros trabalhos
culturais da mesma Câmara



AMIGOS DE LISBOA

LISTA DOS SÓCIOS APROVADOS DURANTE O SEGUNDO E TERCEIRO TRIMESTRE DE 1939

- 698 — Luiz Beleza, industrial
- 699 — Carlos António d'Almeida, tipógrafo
- 700 — Henrique Neves, professor de matemática
- 701 — José Branco Rodrigues, empregado de escritório
- 702 — José Fonseca de Brito, empregado do comércio
- 703 — José da Costa Oliveira, funcionário público
- 704 — Luiz José Botelho Seabra Lopes, chefe de secretaria
- 705 — Francisco José dos Santos Guerreiro, operário
- 706 — João Marques dos Santos Júnior, proprietário
- 707 — Rodrigo Maria Frazão, farmacêutico
- 708 — António Augusto Marques, inspector dos Caminhos de Ferro.
- 709 — João Manuel Duarte de Sousa, industrial
- 710 — João António da Silva Santos, médico
- 711 — António Bernardo, gráfico
- 712 — Januário Augusto de Paula, empregado de escritório
- 713 — Gaspar Garcia Mendes, empregado de escritório
- 714 — João Cabral do Nascimento, conservador das Bibliotecas e Arquivos
- 715 — Roberto Dias Costa, empregado bancário
- 716 — D. Fernanda Maria M. do Vale Merêa
- 717 — António Ferreira Pires Antunes, estudante de medicina
- 718 — D. Olga Violante
- 719 — António Carrilho, ajudante de farmácia
- 720 — Armando Martins da Costa, empregado no comércio
- 721 — Luiz José Valente, comerciante
- 722 — Gabriel Spinola, médico
- 723 — Sebastião Alfredo da Silva, chefe de repartição da Misericórdia
- 724 — José da Silva Ramos, médico
- 725 — José dos Santos Lima, proprietário
- 726 — Alberto Navarro, proprietário
- 727 — Carlos Eugénio de Menezes, engenheiro civil
- 728 — Bazílio Freire Caeiro da Mata, engenheiro
- 729 — Carlos Xafredo, comerciante
- 730 — Adriano Cavalheiro Ferreira de Gusmão, empregado de escritório
- 731 — Joaquim Soares Lopes, médico veterinário
- 732 — D. Etelvina Craveiro, professora primária
- 733 — Egidio Pinto de Chaves, médico

- 734 — José Maria da Costa Freire, chefe de escritório
 735 — Casimiro Martins Esteves, comerciante
 736 — Pedro Ferreira de Andrade, comerciante
 737 — Eduardo Wilhelm d'Aguiar Lüthens, empregado de seguros
 738 — Joaquim Costa, pintor d'arte
 739 — José Dias Sanches, pintor d'arte
 740 — Joaquim Padinha, engenheiro
 741 — Hernani Cidade, professor da Universidade de Lisboa
 742 — José de Campos e Sousa, estudante
 743 — Jaime Victor Reis Martins, funcionário público
 744 — Cesar Augusto Rosallis, empregado comercial
 745 — António P. Pinto Basto, comercialista
 746 — Francisco Carlos Pedroso, Capitão de Mar e Guerra
 747 — Artur da Silva Caldas, empregado bancário
 748 — Filipe Diogo Victor dos Reis, comerciante e industrial
 749 — Jorge Caldeiro Blanco, funcionário público
 750 — Manuel dos Santos Brito, Capitão de Infantaria
 751 — António Maria V. Reis Camas, architecto
 752 — Eduardo Pinto da Cunha, proprietário
 753 — José G. da Costa, funcionário administrativo
 754 — Jacob da Silva, guarda-livros
 755 — Rodrigues Lima, architecto
 756 — Francisco de Almeida Vasconcelos, engenheiro agrónomo
 757 — D. Manuel de Melo Corrêa, funcionário público
 758 — António Dias Borges, Paroco
 759 — Júlio Caetano Bruno dos Santos, tesoureiro da Companhia de Seguros Bonança
 760 — João Maria Ferreira, escritor
 761 — Carlos Baquero Peruch, comerciante
 762 — Mário Perestrelo de França, Tenente de Infantaria
 763 — Abel de Mesquita Guimarães, conservador do Registo Predial
 764 — Joaquim Bento de Sousa, comerciante
 765 — António Duarte, escultor
 766 — Luiz Ferreira de Moraes, comerciante
 767 — José Jerónimo Cabral Vaz Sintra, estudante de medicina
 768 — Adelino de Moraes Ferreira, comerciante
 769 — Luiz Constantino Lima, oficial de Marinha
 770 — António Pereira Landschers, fncionário da C. M. L.
 771 — João da Costa, comerciante
 772 — Artur dos Santos, comerciante
 773 — Vasco Dias, empregado de escritório
 774 — Luiz Frazão, comerciante
 775 — José Gonçalves dos Santos, empregado comercial
 776 — Graciano Martins da Fonseca Correia, empregado no comércio

- 777 — Leonel António Nobre, comerciante
 778 — João Barreira, comerciante
 779 — João Luiz Correia, funcionário civil
 780 — Manuel Brandão Júnior, comerciante
 781 — António Martins Nogueira, comerciante
 782 — Carlos Osório de Vasconcelos Botelho Moniz, proprietário
 783 — Alvaro de Oliveira, construtor civil
 784 — Henrique de Mendonça Alves, engenheiro
 785 — Camilo Laroche Semedo, oficial de Marinha
 786 — António Almada, empregado bancário
 787 — Fernando Soares, funcionário público
 788 — Henrique Peyssoneau Nunes, funcionário do Grémio do Comércio de Exportação de Vinhos
 789 — Francisco Nascimento Pereira, comerciante
 790 — Max Soares, empregado de escritório
 791 — Filipe M. Vieira da Rocha, Capitão de Mar e Guerra
 792 — João Bento Borges, mecânico
 793 — Manuel Mendes Leite Júnior, empregado na indústria hoteleira
 794 — Vergílio de Albuquerque Manso Pinto, funcionário da Companhia Nacional de Navegação
 795 — Raul de Gouveia Carreira, gerente comercial
 796 — Fausto Louro Fernandes Vences, estudante
 797 — José Gonzalez do Carmo, funcionário público
 798 — Alvaro Vicente, funcionário público
 799 — Júlio da Silva Costa, condutor de Obras Públicas
 800 — Heitor Henrique Batalha de Almeida, funcionário administrativo
 801 — Joaquim da Silva Pinto, chefe da Repartição dos Serviços Culturais da C. M. L.
 802 — Luiz José de Bivar Pimentel Leão Guerra, Contador do Tribunal de Contas
 803 — Hugo Ribeiro, proprietário
 804 — Eduardo Justo & C.ª, industrial
 805 — António Pinto Figueiras, fiscal da C. M. L.
 806 — António dos Reis Torgal Roque, desembargador
 808 — Luiz Marques, jornalista
 809 — José dos Santos Pacheco, proprietário
 810 — Francisco de Sousa Moreira Sênior, livreiro
 811 — Jorge de Oliveira Marques, agente técnico de engenharia civil
 812 — Manuel Ignácio de Resende, funcionário público colonial.
 813 — Alvaro Cierco Moreira, empregado comercial
 814 — João José Vaz Preto Geraldês de Barros, Tenente-Coronel
 815 — António de Jesus Fidalgo, comerciante
 816 — Fernando de Castro da Silva Canedo, Major de Infantaria
 817 — Manuel Santos Pinto Pereira, empregado no comércio
 818 — José Engrácio Teixeira, electricista

- 819 — Orlando da Cunha Ribeiro, professor
 820 — José das Neves Tavares, médico
 821 — José Barreto de Atalayão, proprietário
 822 — João de Matos Cardoso, funcionário da C. P.
 823 — D. Maria del Carmen Velasco Machado Franco
 824 — Ramiro Cavaleiro, condutor da Carris de Ferro de Lisboa
 824 — Hon. Neil Hogg, diplomata
 826 — Manuel Santos Estevens, licenciado em Letras
 827 — Jorge Aguedo Capinha Rodrigues, químico analista da C. M. L.
 828 — Carlos Silva, comerciante
 829 — José dos Mártires Pessoa da Luz, chefe dos serviços da C. P.
 830 — Artur Pereira Marta, 2.º oficial da C. M. L.
 831 — Bernardino de Sena Soares Falção, empregado no comércio
 832 — José Emilio Sant'ana da Cunha Castelo Branco, médico veterinário
 833 — João Dias da Silva, funcionário municipal
 834 — Mário Nogueira, Major de Infantaria
 835 — Companhia Industrial de Portugal e Colónias, Industrial
 836 — Amadeu Jorge Cesar da Silva, funcionário público
 837 — Laurindo de Oliveira, funcionário público
 838 — José Maria Soares Fabião, empregado de escritório
 839 — Jeronimo Drummond Ludovice, estudante
 840 — Romão Ferreira Pires, comerciante
 841 — Guilherme Correia da Silva, comerciante
 842 — Filipe Nery, comerciante
 843 — Francisco Ventura Rêgo, engenheiro
 844 — Manuel Rui dos Santos, comerciante
 845 — Leonor Inês Gonçalves Sumares, dactilógrafa
 846 — Alfredo da Assunção Santos, architecto

RESUMO, POR PROFISSÕES, DOS SÓCIOS APROVADOS NO SEGUNDO E TERCEIRO TRIMESTRE DE 1939

Agentes Comerciais	1	Condutores de obras públicas	1
Agentes técnicos de engenharia	1	Conservadores bibliotecários	1
Ajudantes de farmácia	1	Conservadores do Registo Predial	1
Arquitectos	3	Construtores civis	1
Chefes de escritório	1	Dactilógrafos	1
Chefes de repartição	2	Desembargadores	1
Chefes de Secretaria	1	Diplomatas	1
Comerciantes	23	Electricistas	1

Empregados bancários	3	Industriais	4
Empregados nos Caminhos de Ferro	2	Inspectores	1
Empregados no comércio	8	Jornalistas	1
Empregados de escritório	8	Livreiros	1
Empregados na indústria hoteleira	1	Mecânicos	1
Empregados de Seguros	2	Médicos	5
Engenheiros	6	Médicos veterinários	2
Escritores	1	Oficiais do Exército	5
Escultores	1	Oficiais da Marinha de Guerra	4
Estudantes	5	Operários	2
Farmacêuticos	1	Parocos	1
Funcionários públicos	20	Pintores de arte	2
Guarda Livros	1	Professores	5
		Proprietários	9
		Tipógrafos	2

RESUMO GERAL, POR PROFISSÕES,
DOS SÓCIOS ACTUAIS DO GRUPO

Advogados	42	Conservadores de bibliotecas	2
Agentes comerciais	1	Conservadores de museus	1
Agentes de publicidade	2	Conservadores do Registo Predial	1
Agentes técnicos de engenharia	2	Constructores civis	3
Ajudantes de Despachantes Officiais	1	Contabilistas	4
Ajudantes de farmácia	1	Correctores oficiais	1
Arquitectos	12	Dactilógrafos	1
Artistas teatrais	6	Desembargadores	1
Aspirantes de Administrações	1	Desenhadores	1
Banqueiros	3	Despachantes oficiais	5
Bibliotecários	1	Diplomaías	8
Capitalistas	2	Editores	2
Caricaturistas	1	Electricistas	1
Chefes de escritório	1	Empregados bancários	31
Chefes de Laboratório	1	Empregados dos Caminhos de Ferro	3
Chefes de polícia	1	Empregados no comércio	45
Chefes de Repartição	2	Empregados no escritório	36
Chefes de Secretaria	1	Empregados na Indústria Hoteleira	1
Comerciantes	96	Empregados de seguros	5
Condutores industriais	1	Engenheiros	71
Condutores de Obras Públicas	1		

Escritores	3	Notários	4
Escultores	4	Oficiais do Exército	40
Estudantes	18	Oficiais da Marinha de Guerra	12
Farmacêuticos	6	Operários	2
Ferro-viários	1	Parocos	1
Funcionários públicos	53	Perito de seguros	1
Guarda-livros	7	Pintores de arte	10
Guardas de polícia	1	Professores	33
Industriais	18	Proprietários	55
Inspectores	3	Publicistas	10
Interpretes	3	Realizadores cinematográficos	2
Jornalistas	28	Reporteres fotográficos	1
Juizes de Direito	2	Revisores tipográficos	1
Livreiros	1	Solicitadores	1
Mecânicos	3	Sub-directores de fábricas	1
Médicos	63	Técnicos fotográficos	1
Médicos veterinários	6	Tipógrafos	2
Mestres de alfaiates	1	Tradutores	1

OCIDENTE

REVISTA PORTUGUESA

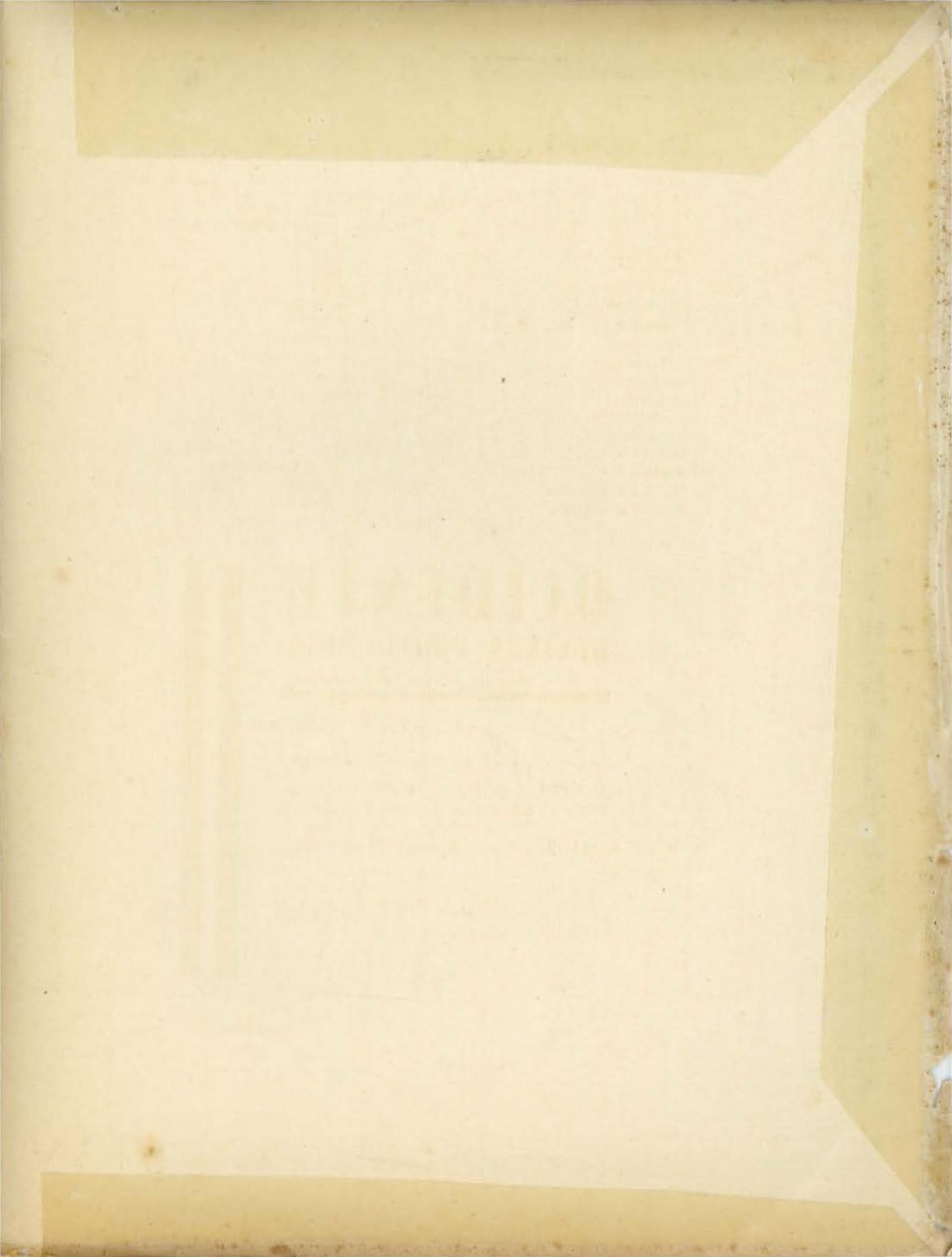
Directores: **Manuel Murias e Alvaro Pinto**

Assinatura: Ano com direito aos números especiais

*PORTUGAL, 115\$00 — COLÓNIAS PORTUGUESAS, 125\$00 — BRASIL, 120\$000 —
ESTRANGEIRO, £ 1-8-0 ou 7 dollars*

R. DO SALITRE, 155-1.º — LISBOA - PORTUGAL





AMIGOS // DE // LISBOA

EDIÇÕES DO GRUPO
E CONSIGNADAS

<i>Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas</i>	Preço de venda para os sócios	Preço de venda para o público
Noite de Evocação do Café Martinho <i>(So existem 10 exemplares)</i>	5\$00	7\$50
Noite de Evocação do Leão de Ouro	5\$00	7\$50
● NORBERTO DE ARAÚJO ●		
Pequena Monografia de S. Vicente.		
Edição vulgar	6\$00	8\$00
Edição especial	12\$00	20\$00
~		
Urbanização de Lisboa	2\$00	3\$00
● LUIZ MOITA ●		
Ermida de Santo Amaro	7\$50	9\$50
● EDUARDO NEVES ●		
Ruínas do Carmo	2\$00	3\$00
Igreja da Penha de França	2\$00	3\$00
A Faculdade de Medicina	4\$00	5\$00
● MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO ●		
Igreja da Conceição Velha	2\$00	3\$00
A Igreja e o Convento da Graça	5\$00	7\$50
● ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA ● <i>(SIDÓNIO MIGUEL)</i>		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão	4\$00	5\$00
● LUIZ CHAVES ●		
Lisboa no Folclore	4\$00	5\$00
● RUY DE ANDRADE ●		
Alfredo de Andrade e alguns problemas de edifica citadina	4\$00	5\$00
● JOÃO PINTO DE CARVALHO ● <i>(TINOP)</i>		
Lisboa de outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada	7\$00	8\$00
~		
Olisipo, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8	5\$00	7\$50
<i>Edições consignadas</i>		
● LUIZ PASTOR DE MACEDO ●		
A Baixa Pombalina	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras	6\$50	8\$50
Critica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário)	9\$00	10\$00
● NORBERTO DE ARAÚJO ●		
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 12, cada	7\$00	8\$00
● JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES ●		
Lisboa — da sua vida e da sua beleza	6\$40	8\$00
● ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA ● <i>(SIDÓNIO MIGUEL)</i>		
Ronda e Silva de Lisboa Velha	8\$00	10\$00
● J. S. VIEIRA ●		
O Convento dos Marianos	4\$00	5\$00
● FRANCISCO CÂNCIO ●		
Aspectos de Lisboa no século XIX — fasc. 1, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X, cada	6\$40	8\$00